

Galvêas afirma que novo Governo assinará acordo

BETH CATALDO
Enviada especial

SÃO DOMINGOS — A assinatura formal do acordo com os bancos credores para a renegociação da dívida externa brasileira que vence até 1991 ficará a cargo do Governo Tancredo Neves, informou ontem o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que participa, a partir de hoje, da reunião ministerial do Grupo de Cartagena.

Galvêas esclareceu que o atual Governo concluirá os termos gerais da renegociação com o Comitê de Assessoramento da Dívida, em Nova York, mas não haverá tempo hábil para aguardar a consulta aos 720 bancos internacionais, procedimento que sempre precede a assinatura de acordos desse tipo.

O Ministro da Fazenda considerou prematuro fixar uma data para a obtenção do sinal verde do Fundo Monetário Internacional (FMI) à sétima Carta de Intenções enviada pelo Governo brasileiro à instituição, exigência dos bancos para concluir o acordo com o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore.

Galvêas explicou que o sinal verde independe da análise da Diretoria do FMI sobre a última carta, durante a reunião prevista para março, mas está vinculado à concessão de waiver (tolerância) pelo não cumprimento das metas fixadas para 84 e ao reconhecimento pelo Fundo de que as metas projetadas para 85 são viáveis.

Segundo o ministro, é fato consumado que o Brasil estourou a meta do déficit público nominal estabele-



“O sinal verde dependerá muito do trabalho de convencimento que faremos junto ao Fundo Monetário Internacional.”

ERNANE GALVÊAS, Ministro da Fazenda

cida para o último trimestre de 84 e já se sabe também que o comportamento da área monetária em janeiro não foi satisfatório.

Galvêas explicou que, antes de se verificar o comportamento da economia no primeiro trimestre, não se deve descartar a viabilidade da programação estabelecida para este ano, mesmo que os resultados de janeiro reflitam o impacto negativo da expansão monetária de dezembro.

O Ministro da Fazenda acredita que já se pode falar em um novo modelo de renegociação da dívida externa do País. O novo acordo com os bancos deverá estabelecer prazo de pagamento de 16 anos, com carência de sete anos e meio, já que o reescalonamento automático das amortizações do principal estende-se de 1985 até a metade de 1992.